

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

Núcleo de Apoio Regional São Francisco

Parecer nº 63/IEF/NAR SAO FRANCISCO/2021

PROCESSO Nº 2100.01.0044691/2021-35

PARECER ÚNICO										
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL										
Nome: LISANDRA ARNHOLD CPF/CNPJ: 07							NPJ: 074.851	276-40		
Endereço: RUA SANTO AGOSTINHO № 345							Bairro: CENTRO			
Município: CHAPADA GAÚCHA UF: MG					CEP: 3	CEP: 38.689-000				
Telefone: (38) 9 9938 - 1198	E-m	E-mail: sertaorural@yahoo.com								
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?										
(x) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2										
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL										
Nome:							CPF/CNPJ:			
Endereço:					Bairro:					
Município:		UF: CEP:				CEP:				
Telefone:	E-m	ail:								
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL				,						
Denominação: FAZENDA SERRA D							otal (ha): 12	9,5665		
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): MAT.: 12.279 - LIVRO: 2-RG - CARTÓRIO DA COMARCA DE ARINOS/MG Município/UF:										
Recibo de Inscrição do Imóvel Ru	ral no Ca	adastro	Ambiental Rur	al (CAR): N	1G-311615	59-45D5.2833	.F39B.4E83.	B8DE.603A.3023.AC87 D		
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL RE	QUERID	Α								
Tipo de Intervenção			Quant	idade			Un	idade		
6.1.1 Supressão de cobertura veg										
1 '		80,726	5			ha	ıa			
alternativo do solo										
E INTERVENICÃO ANARIENTAL RA	ccívet e	\	0.4630							
5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PA	SSIVELL	JE APK	UVAÇAU 	1			CI			
Tipo de Intervenção	Quantidade		l Inidada	F		(usar UTM, data W		adas planas		
	Quantid	aue	Unidade	Fuso		X		γ		
6.1.1 Supressão de cobertura			<u> </u>			^	<u>.</u>	<u>'</u>		
vegetal natival com ou cem										
destoca, para uso alternativo do solo	80,7265		ha 23 L			452898.96 m E		8295938.56 m S		
6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETEI	NDIDA	le.	· · · · · · ~ ·					δ (l)		
Uso a ser dado a área								Área (ha)		
Agricultura			Cultivo de soja, milho, feijão, sorgo, gramíneas forrageiras para produção de sementes.					40,7265		
Pecuária			ção de bovinos					40,00		
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA	DA (S) A	REA (S) AUTORIZADA	(S) PARA		-				
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionor	ionomia/Transição Estágio Suce couber)				icessional (qu	ando	Área (ha)		
Cerrado Cei		rrado strictu sensu						80,7265		
8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO										
Produto/Subproduto Es			ficação				Quantidade	Unidade		
Lenha de floresta nativa		Lenha	enha				85,8042	ha		

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 02/08/2021

Data da vistoria: 11/08/2021

Data de solicitação de informações complementares:

Data do recebimento de informações complementares:

Data de emissão do parecer técnico: 26/08/2021

2. OBJETIVO

Segundo o PUP (anexado ao Processo SEI nº 2100.01.0044691/2021-35), o presente requerimento tem por objetivo a intervenção ambiental em 80,7265 ha na FAZENDA SERRA DAS ARARAS - GLEBA II, com supressão da vegetação nativa, para utilização econômica e sustentável da propriedade, com a finalidade de implantação de culturas anuais (soja, milho, feijão, gramíneas forrageiras para produção de sementes) consorciado com a criação de bovinos de corte de forma extensiva.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENDIMENTO

3.1 Imóvel rural:

Empreendimento:	FAZENDA SERRA DAS ARARAS - GLEBA II			
Área Total (ha):	129,5543			
Módulos Fiscais:	1,9931			
Município:	Chapada Gaúcha - MG			
Bioma:	Cerrado			
Área Requerida (ha):	80,7265			
Área de Reserva Legal (ha):	48,8334			
CAR:	MG-3116159-45D5.2833.F39B.4E83.B8DE.603A.3023.AC87			
Matrícula do Imóvel:	Mat.: 12.279 - Livro 2-RG - Cartório da Comarca de Arinos-MG			

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3116159-45D5.2833.F39B.4E83.B8DE.603A.3023.AC87
- Área total: 129,5543
- Área de reserva legal: 48,8334
- Área de preservação permanente: 0,0000 ha
- Área de uso antrópico consolidado: 0,0000 ha
- Qual a situação da área de reserva legal:
- (x) A área está preservada: 48,8334 ha
- () A área está em recuperação: xxxxx ha
- () A área deverá ser recuperada: xxxxx ha
- Formalização da reserva legal:
- (x) Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e não averbada
- Qual a modalidade da área de reserva legal:
- (x) Dentro do próprio imóvel
- () Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

- () Compensada em imóvel rural de outra titularidade
- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 01 fragmento
- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

Para a formação da Reserva Legal desta propriedade não foram inseridas áreas de APP's.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Foi requerido neste processo a supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo em 80,7265 ha de uma área total de 129,5543 ha da Fazenda Serra das Araras - Gleba II, localizada no município de Chapada Gaúcha-MG.

De acordo com a proposta apresentada, a intervenção ambiental na referida propriedade, com supressão da vegetação nativa, tem por objetivo a utilização econômica e sustentável da propriedade, com a finalidade de implantação de culturas anuais (soja, milho, feijão, gramíneas forrageiras para produção de sementes) consorciado com a criação de bovinos de corte de forma extensiva.

O rendimento de material lenhoso declarado de 85,8042 metros cúbicos de lenha nativa será destinado para uso interno no imóvel ou empreendimento e incorporação ao solo dos produtos florestais *in natura*.

O Plano de Utilização Pretendida (PUP) foi elaborado pelo Engenheiro Florestal, Rêmulo Ricardo Alexandre Martins, registro no CREA/MG n° 85.538/D.

Na propriedade foram encontrados indivíduos de Pequi (Caryocar brasiliensis), espécie protegida pela Lei Estadual 20.308/12.

Taxa de Expediente: R\$ 807,44 - pago em 12/07/2021 + R\$ 1,08 (taxa complementar) paga em 19/08/2021.

Taxa florestal: R\$ 473,78 - paga em 12/07/2021.

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23113303

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Médio
- Prioridade para conservação da flora: Médio
- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Nenhuma categoria
- Unidade de conservação: Não se aplica
- Áreas indígenas ou quilombolas: Não se aplica
- Outras restrições: Não se aplica.

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- -Atividades desenvolvidas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.
- <u>- Atividades licenciadas:</u> Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.
- Classe do empreendimento:
- Critério locacional: 1
- Modalidade de licenciamento: Não passível
- Número do documento:

4.3 Vistoria realizada:

A vistoria foi realizada no dia 11 de agosto de 2021, pelo Técnico da AFLOBIO de Chapada Gaúcha Paulo Henrique Vieira Gomes em companhia do senhor Rodrigo Gangana, gestor da Unidade de Conservação Parque Estadual da Serra das Araras e pelo Consultor Ambiental Rêmulo Ricardo Alexandre Martins.

Durante a vistoria constatou-se os seguintes fatos:

- A área encontra-se inserida no bioma cerrado, caracterizado pelo cerrado strictu sensu;
- A área requerida tem como finalidade a implantação das atividades de agricultura e pecuária conforme previsto plano de utilização pretendida;
- A área encontra-se na zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra das Araras, conforme descrito no anexo fotográfico;

- A área já foi objeto de intervenção anteriormente, pelo antigo dono que solicitou por meio de processo no ano de 2010 e por conta da falta de roçada nas pastagens a vegetação nativa acabou chegando há um porte considerável e que pra nova intervenção se faz necessário montar um novo processo;
- A vegetação está em regeneração, sendo a vegetação de maior porte as árvores de pequizeiro;
- Foi relatado pelo consultor que a propriedade na época da primeira liberação em 2010 foi solicitado por parte do gestor do Parque Estadual da Serra das Araras para liberação da anuência que fosse deixado cerca de 44,94% da área total da fazenda como reserva legal, sendo que após a divisão o complemento da reserva legal ficou em comum com os demais proprietários, ficando separados por matrículas conforme percentual de cada proprietário;
- A área foi adquirida por vários irmãos e os mesmos dividiram em várias matrículas, porém mantiveram o proposto da porcentagem da área de reserva legal;
- · Na área não está sendo desenvolvida nenhuma atividade;
- Foi realizado a conferência das parcelas 02 (23L 451975 / 8296126), 03 (23 L 452096 / 8296124), 05 (23 L 452728 / 8296123), 06 (23L 452979 / 8296128), 11 (23L 452345 / 8296081), 12 (23L 452460 / 8296048) do inventário, todas as parcelas são de 12 x 50 metros, sendo que a área foi dividida em 3 (três) extratos realizou-se a conferência de 2 (duas) parcelas em cada extrato, para dar uma maior amostragem;
- O relevo do terreno é caracterizado com plano suavemente ondulado conforme classificação apresentada em consulta ao IDE SISEMA;
- Foi coletado pontos de GPS na área e retirado algumas fotos do local;
- O empreendimento não está dentro de nenhuma Unidade de Conservação mais está inserido em zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra das Araras;
- A área encontra-se cercada em comum com os demais proprietários e possui aceiro na parte que encontra-se cercada;
- O solo predominante é o latossolo algumas partes e bastante arenoso;
- Foi observado a presença de pequizeiros (Caryocar brasiliense) na área objeto do requerimento da intervenção;
- A área apresenta reserva legal conforme consta no CAR;

Foi realizado consulta ao sistema IDE-SISEMA e o SICAR/MG, para análise da referida área e constatou-se o seguinte:

- A área está em um nível médio para ocorrência de cavidades;
- Não está inserida em nenhuma categoria como prioritária para conservação da biodiversidade;
- 4.3.1 Características físicas: de acordo com o PUP apresentado.
- Topografia: Plana suave ondulado, com declividade variando de 0 a 3º.
- Solo: Latossolo.
- Hidrografia: Sub-bacia do Rio Urucuia, este afluente da bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: A propriedade está inserida no Bioma Cerrado e apresenta indivíduos de Pequi (*Caryocar brasiliensis*), espécie protegida pela Lei Estadual 20.308/12.
- Fauna: Durante vistoria não foram detectados animais da fauna silvestre.
- **4.4 Alternativa técnica e locacional:** Não se aplica.

5. ANÁLISE TÉCNICA

Em análise técnica à requisição formalizada no processo SEI nº 2100.01.0044691/2021-35, onde foi requerida a supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo de uma área de 80,7265 ha da FAZENDA SERRA DAS ARARAS - GLEBA II, constatamos que:

- Processo SEI nº 2100.01.0044691/2021-35, encontra-se, até o devido momento, totalmente formalizado de maneira correta e contendo todos os documentos necessários, inclusive os solicitados para complementar informações, Resolução Conjunta SEMAD/IEF 1905/13;
- A intervenção ambiental solicitada neste processo é passível de autorização, Dec 47.749/19;
- O processo trata-se de um empreendimento ou atividade cuja modalidade de licenciamento ambiental, de acordo com a DN COPAM 217/17, enquadra-se, segundo requerimento apresentado, como "Não passível";
- A área de Reserva Legal da propriedade estava totalmente em acordo com a Lei Federal 12.651/12 e regulamentada, em Minas Gerais, pela Lei Estadual 20.922/13, com pelo menos 20% do tamanho da propriedade. A de Reserva Legal desta propriedade encontra-se declarada no CAR MG-3116159-45D5.2833.F39B.4E83.B8DE.603A.3023.AC87 e está acima dos 20% exigidos;

- Neste processo foi requerida a supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo em uma área de 80,7265 ha no Bioma Cerrado, Lei Estadual 13.047/89;
- Inventário Florestal realizador pelo Eng. Florestal Rêmulo Ricardo Alexandre Martins encontrava-se em acordo com o estabelecido pela legislação vigente, Resolução Conjunta SEMAD/IEF 1905/13;
- Durante vistoria foi constatada presença de espécie protegidas por lei, o pequizeiro (*Caryocar brasiliensis*), Lei Estadual 20.308/12 e como explicitado no item 12.6.2 do PUP apresentado neste processo, "Finalizo que, o Pequizeiro, como se trata de uma espécie protegida por lei, de valor ecológico, econômico e social, o proprietário no momento de fazer a intervenção ambiental, com a derrubada da vegetação, deverá manter na área sem corte todos os exemplares desta espécie.", friso nosso.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Tendo em vista que o PUP apresentado foi realizado por um profissional da área, Engenheiro Florestal, devidamente credenciado pelo CREA/MG e apresentação da ART devidamente assinada, iremos considerar os impactos e medidas propostas no PUP:

As medidas mitigadoras consistem em ações propostas com a finalidade de reduzir a magnitude ou a importância dos impactos ambientais adversos em relação aos meios físico, biótico e sócio-econômico.

- Fazer à conservação dos aceiros e de estradas de acesso a área, procurando mantê-los sempre limpos principalmente aceiros limites a área de reserva legal;
- Construção de terraços e plantio em nível na área;
- Estar sempre monitorando a área, para que não ocorra perdas de solo;
- Incorporação dos resíduos da exploração ao solo, visando o aumento da matéria orgânica;
- Observar a legislação ambiental para novas intervenções em vegetação nativa;
- Escolher espécies forrageiras e anuais, considerando a sua adaptação ao ambiente, sua resistência/tolerância a pragas, as diferenças existente na propriedade e a diversificação de pastagem;
- Adquirir sementes certificadas na quantidade técnica recomendada;
- Realizar periodicamente reposição de nutrientes nas culturas, usando os nutrientes de acordo com as analises de solos;
- Não utilizar fogo como prática de manejo de atividades agrícolas;
- Quando fizer uso de controle químico de invasoras, utilizar sempre equipamentos de proteção individual (EPI), pessoal devidamente capacitado e seguir rigorosamente as recomendações do fabricante, evitando a contaminação dos recursos hídricos;
- Assegurar que os agrotóxicos e suas embalagens não contaminem o solo e os cursos d'água;
- Adotar as recomendações legais para aplicação, manuseio, descarte e devolução das embalagens de agrotóxicos, inclusive a tríplice lavagem;
- Manter uma vigilância contra incêndios florestais nos períodos críticos do ano.

6. CONTROLE PROCESSUAL

Manifestação Jurídica elaborada por esta Coordenação Regional de Controle Processual, no uso de suas competências legais previstas no art. 44, II, do Decreto Estadual nº 47.892, de 23 de março de 2020 e segundo a Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1905, de 12 de agosto de 2013, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental no âmbito do Estado de Minas Gerais e o Decreto Estadual nº 47.749, de 11 de novembro de 2019, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Trata-se do Processo SEI nº 2100.01.0044691/2021-35, referente à supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo em 80,7265 hectares, bioma Cerrado, a ser realizada na Fazenda Serra das Araras, município de Chapada Gaúcha/MG, tendo como requerente a Srª Lisandra Arnhold, com a finalidade de implantação de culturas anuais (soja, milho, feijão, sorgo, gramíneas forrageiras para produção de sementes), consorciado com a criação de bovinos de corte de forma extensiva.

Após análise do presente processo, constata-se que o mesmo encontra-se devidamente formalizado nos termos da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1905-2013, de acordo com a Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 e com o Decreto Estadual nº 47.749/2019.

O referido empreendimento é não-passível de licenciamento ambiental, conforme a Deliberação Normativa Copam nº 217, de 06 de dezembro de 2017, bem como está devidamente inscrito no Cadastro Ambiental Rural – CAR.

O empreendimento em questão está localizado na Zona de Amortecimento do Parque Estadual Serra das Araras. Não será necessária a realização de nenhuma compensação ambiental proveniente da intervenção ambiental requerida.

Isto posto, acompanho o Parecer Técnico e opino pelo **DEFERIMENTO** da exploração da vegetação nativa em 80,7265 ha.

Ressalto que devem ser obedecidas todas as medidas mitigadoras dispostas no Parecer Técnico do IEF e no Plano Simplificado de Utilização Pretendida do empreendedor, em especial, a preservação das espécies de pequizeiro localizadas na área intervinda.

E, em cumprimento ao Decreto Estadual nº 47.892/2020, o citado processo encontra-se apto para ser encaminhado à deliberação da autoridade competente, ou seja, ao Supervisor da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Médio São Francisco.

Esta é a Manifestação Jurídica, s.m.j., à qual submeto à consideração superior.

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO INTEGRAL** do requerimento da supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo em uma área de 80,7265 ha, localizada na propriedade FAZENDA SERRA DAS ARARAS - GLEBA II, sendo o material lenhoso proveniente desta intervenção destinado ao uso interno no imóvel ou empreendimento e incorporação ao solo dos produtos florestais in natura.

8. Medidas compensatórias

Não se aplica.

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

Não se aplica.

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

- (x) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal
- () Formação de florestas, próprias ou fomentadas
- () Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

R\$ 2.030,47 paga em 25/08/2021.

10. CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental							
Item	Descrição da Condicionante	Prazo*					
		Até autorização do órgão ambiental competente para corte.					
2	Cumprir as medidas mitigadoras apresentadas no PUP.	Anualmente até conclusão do projeto.					
	Para que esta AIA tenha validade é necessário a ciência do gestor da Unidade de conservação Parque Estadual da Serra das Araras	Antes do inicio do projeto.					
4							

^{*} Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

) COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: RÔMULO FORMIGLI ALVES JUNIOR

MASP: 1.181.087-6

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Yale Bethânia Andrade Nogueira

MASP: 1.269.081-4



Documento assinado eletronicamente por Yale Bethânia Andrade Nogueira, Coordenadora, em 27/08/2021, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



Documento assinado eletronicamente por Romulo Formigli Alves Junior, Servidor, em 27/08/2021, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php? acao-documento conferir&id orgao acesso externo=0, informando o código verificador 34378043 e o código CRC C83CECC6.

Referência: Processo nº 2100.01.0044691/2021-35

SEI nº 34378043